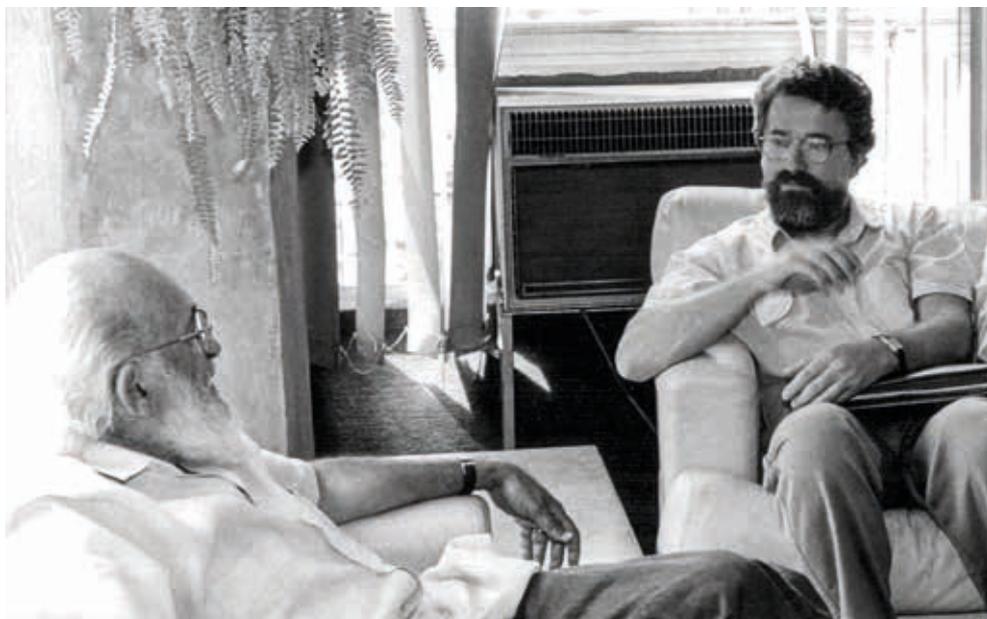


Professor João Antônio Felício (☆1950 †2020)



Créditos: Regina Vilela

João Felício, um sindicalista

João Antônio Felício nasceu em 06 de novembro de 1950, em Itapuí, interior do estado de São Paulo. Em 1972, se formou em Desenho e Plástica, Educação Artística e História da Arte, na Fundação Educacional de Bauru e, aos 22 anos, começou a lecionar na capital paulista. João era professor de artes para o ensino fundamental e médio, na rede pública estadual.

Nos anos de 1970, iniciou sua militância política e sindical. Participou das mobilizações de professores e professoras por melhores condições de vida e trabalho, contra a ditadura militar e em prol das conquistas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). João integrou o comando de greve e foi do conselho de representantes do sindicato, até chegar à sua direção, e ser eleito presidente pela primeira vez em 1987, cargo para o qual foi reeleito por duas oportunidades, em 1989 e 1991. João foi liderança fundamental nas mais importantes e vitoriosas lutas da história desta organização, como, por exemplo, nos debates sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na memorável greve de 1989 e em outros inúmeros outros momentos.

Ainda nos anos 1980, participou ativamente da Campanha das *Diretas Já*, da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e também da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ao deixar a presidência da APEOESP, retornou às salas de aula e, em 1994, chegou à direção nacional da CUT. Durante o 7º Congresso Nacional da CUT, em 2000, foi eleito presidente nacional da Central, posto que voltaria a ocupar em 2005. Foi sob a sua liderança que a CUT mobilizou milhões de trabalhadores e trabalhadoras para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente da República oriundo da classe trabalhadora. No governo Lula, João representou a CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Depois de ocupar a presidência nacional da CUT, João Felício foi eleito secretário nacional sindical do PT, além de intensificar sua militância no movimento sindical internacional como secretário de relações internacionais da CUT. Ainda no sindicalismo internacional, foi eleito, em 2014, presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI) – o primeiro brasileiro e latino-americano nessa função. A CSI, confederação a qual CUT é filiada, é a maior do mundo e representa cerca de 200 milhões de trabalhadores, através dos seus mais de 300 afiliados em 155 países e territórios.

Ao longo de toda a sua brilhante trajetória, foi através do movimento sindical que João lutou bravamente as principais batalhas da classe trabalhadora brasileira. Como ele mesmo afirmou, em outubro do ano passado, ao assumir a coordenação nacional da Articulação Sindical – maior corrente sindical da CUT – ele sempre foi e sempre seria um sindicalista. Foi nos sindicatos, na CUT e no movimento sindical internacional que João Felício, escolheu viver e lutar.

Sua concepção sindical fundamentada, sobretudo, na independência e na autonomia dos sindicatos – um sindicalismo de luta e de classe – além da sua retidão, capacidade de elaboração, consistência ideológica e generosidade marcaram a história da CUT e do sindicalismo mundial. Grande orador, seus discursos refletiam seu compromisso com um mundo mais justo e igualitário, a autodeterminação dos povos e a emancipação da classe trabalhadora.

Nos últimos anos, João vinha defendendo que o movimento sindical deveria ser capaz de se “reinventar sem perder o seu sentido de classe”. Ele acreditava que, diante das mudanças do mundo do trabalho, mais do nunca deveríamos representar e acolher o conjunto da classe trabalhadora, independente do seu vínculo de trabalho. Defendia uma renovação não apenas geracional, mas também de gênero, raça e orientação sexual, um movimento sindical dos trabalhadores do campo e da cidade, plural e efetivamente democrático.

Foi lutando e militando que, no último dia 19 de março, aos 69 anos, João Felício faleceu. Deixou esposa, um casal de filhos, uma neta, três irmãos, além da sua história e do seu exemplo, um legado que presta reverência ao nosso passado, mas também ilumina o presente e aponta para o futuro.

O professor João Felício fora um incansável defensor da educação pública de qualidade e da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. O que o tornou

também figura fundamental à construção da própria Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e de suas lutas. Ao longo das últimas décadas, como ele mesmo costumava dizer, atuou sempre sendo “base da nossa CNTE”. É no intuito de prestar homenagem e relembrar a importância do professor João às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação e à história da CNTE que a *Retratos da Escola* têm a honra de publicar nesta edição o texto *Por um sindicalismo de luta e de classe*, escrito por ele em 2017, enquanto presidente da Confederação Sindical Internacional.

João Felício, Presente!

ROBERTO FELÍCIO

Por um sindicalismo de luta e de classe

Os efeitos da crise econômica e a nova conjuntura internacional

Na esteira da última grave crise do sistema capitalista, desde sua origem no chamado “*crash* de 2008”, o mundo passa simultaneamente por um dramático retrocesso nas políticas de bem-estar social e também pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. O *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados* (ACNUR) estima em 65,6 milhões o número de pessoas internamente deslocadas, solicitantes de refúgio e refugiados – apenas em 2017, os números preliminares apontam que mais de 2 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus países.

Neste “novo mundo”, a crise econômica é reforçada e intensificada pelo recrudescimento da ameaça terrorista – incluindo o terrorismo de Estado, além de guerras estimuladas e patrocinadas por grandes potências – tornando a conjuntura cada vez mais instável e marcada pela ausência de qualquer perspectiva de solução para conflitos militares que acontecem, não mais apenas no Oriente Médio ou em outras regiões conflagradas, mas que se espalham também pelo Ocidente – causando o recrudescimento da xenofobia e do fascismo.

Nesta crise econômica, as políticas suicidas de austeridade combinadas com um modelo de desenvolvimento em que os saltos tecnológicos e os ganhos de produtividade não são revertidos em melhores condições de vida para a imensa maioria da população, produziram um persistente cenário global de baixo crescimento econômico, desemprego em alta, salários em queda, aumento da desigualdade e redução dos investimentos sociais e nos serviços públicos. Esse processo resulta – e, ao mesmo tempo, se apoia – num aumento expressivo do fluxo de capitais, principalmente de caráter especulativo, numa dinâmica que aprofunda as

graves desigualdades entre os países do Norte e do Sul, minando as bases de um necessário novo ciclo de desenvolvimento sustentável da economia mundial.

Conforme a ONG britânica Oxfam as grandes empresas e os indivíduos mais ricos – o 1% cujo patrimônio supera o dos 99% restantes – exacerbam as desigualdades e são favorecidos por uma estrutura tributária perversa – praticam evasão e elisão fiscal – utilizam paraísos fiscais, reduzem salários e aumentam, dessa forma, os rendimentos dos seus acionistas. O capital reivindica um Estado máximo para si e um Estado mínimo para as grandes massas empobrecidas. Na realidade, portanto, não existe “livre mercado”, pois o Estado socorre os grandes “mercadores” ineficientes.

O fato é que vivemos um momento em que o capital financeiro domina completamente a economia real, fazendo com que os lucros sejam apropriados por uma fração cada vez menor da sociedade. Tal “lógica” rentista, altamente perniciosa, coloca em xeque a própria sobrevivência do sistema, pois a concentração dos lucros leva paulatinamente à redução do consumo geral, obstaculizando o crescimento econômico, o que conduz à recessão, à proliferação e ao agravamento das crises.

Esses fenômenos, aliados à persistência de altos níveis de formas precárias de emprego, devem reforçar ainda mais a desigualdade de renda – a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta para o fato que a redução da pobreza dos trabalhadores está desacelerando, colocando em risco a perspectiva de erradicação da pobreza, conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Ainda sobre os ODS é fundamental questionarmos se seremos realmente capazes de alcançá-los no atual estágio do sistema capitalista e em um cenário em que não existem sinais evidentes de avanços em seus objetivos e metas.

A proteção ao meio ambiente é um ponto nevrálgico, pois mobilizados para a criação de uma nova consciência ecológica, com a convicção de que a natureza não é uma mercadoria, poderemos usufruir de todo seu universo de potencialidades. Através de um comportamento mais atento e respeitoso – muito mais saudável para todas e todos e também para o próprio Planeta Terra – poderão ser criados milhões de novos postos de trabalho limpos.

Também é importante destacar iniciativas que se pautam no fortalecimento das relações multilaterais – com destaque para a criação do G-20 e dos BRICS – e que representam as primeiras tentativas de reforma dos organismos e instituições internacionais, dando protagonismo também às nações emergentes e promovendo modelos de desenvolvimento diversos aos defendidos por agências como FMI, BIRD e OMC. Essas tentativas de reforma seguem, no entanto, um caminho sinuoso – no G20, por exemplo, existe uma ação deliberada de promover o seu desvirtuamento na medida em que secundariza temas fundamentais da sua agenda, tais como a taxação de riquezas, a reforma das Instituições de Bretton Woods e o fim dos paraísos fiscais.

A pauta conservadora e neoliberal, além de não representar uma solução para os efeitos da recente crise do capitalismo – sobretudo, o desemprego e a reversão dos direitos sociais e laborais – deve aumentar a instabilidade econômica, social e política com suas ações de perseguições a refugiados e comunidades marginalizadas, tais como negros, mulheres, ciganos, LGBT e determinadas etnias e grupos religiosos.

As forças progressistas devem buscar um Estado indutor do desenvolvimento o que exigirá a ampliação da sua capacidade de arrecadação e que deverá vir tanto do setor empresarial quanto da parcela mais aquinhoadada da sociedade, taxando a riqueza e redistribuindo tais recursos em políticas públicas especialmente aos mais pobres e excluídos, além de melhorias objetivas na educação, na ciência e na tecnologia para o desenvolvimento, com o objetivo central de criar empregos de qualidade para cidadãos plenos de direitos. Para isso, será preciso ampliar a capacidade de fiscalização e punição à corrupção e à sonegação de impostos.

O futuro do Mundo do Trabalho

Todas essas constatações precisam ser feitas para que possamos realizar qualquer análise ou projeção sobre o futuro do trabalho no século XXI, a defesa de empregos decentes, salários dignos e direitos sociais e trabalhistas. Afinal, o atual sistema capitalista não apenas impõe relações de produção que potencializam a exploração do trabalhador ao limite do suportável, mas também tenta fazê-lo acreditar que seus direitos não passam de uma miragem, que foram ultrapassados pelo tempo. Assim, se não tem mais razão de combater, para quê organizar ou participar da luta – único caminho para a construção de alternativas coletivas para a superação do atraso e a construção de um novo tempo.

Com o completo domínio dos cartéis empresariais e das mudanças tecnológicas, há uma tendência à diminuição da presença física do empregado no seu local de trabalho. Em função disso poderá ocorrer em muitos países que não se prepararam adequadamente para essa nova situação que a soma do precarizado, dos desempregados e do lumpesinato deve superar a própria mão de obra formal. A concentração da mão de obra na grande empresa facilitava a relação sindicato-trabalhador. A informatização, a robotização e a digitalização afastam o trabalhador do local de trabalho e, conseqüentemente, trazem novos e importantes desafios para a interação e o relacionamento entre os sindicatos e os trabalhadores – sem esquecer dos desafios impostos pelas desigualdades econômicas e produtivas entre países que, em alguns casos, “ainda estão aquém da primeira revolução industrial”.

Em 2017, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro ultrapasse os 200 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas nesse ano.

Em um mundo marcado pela “quarta revolução industrial”, o crescimento econômico segue aquém do esperado e, mesmo que nos próximos anos aconteça alguma recuperação da economia mundial, seguirá, dado o atual contexto de financeirização e concentração de renda e riqueza, uma incapacidade sistêmica de criar empregos de qualidade em números suficientes. É fundamental, portanto, que as organizações de trabalhadoras e trabalhadores participem ativamente dos debates no âmbito do centenário da OIT sobre o “Futuro do Trabalho”, disputando quais políticas econômicas e sociais deverão ser adotadas para proporcionar relações de trabalho decentes e dignas nesse cenário de profundas transformações das forças produtivas e das relações de produção.

Para tanto, em primeiro lugar, é necessário apontar as profundas diferenças entre o contexto histórico do período em que se inicia o processo de transformação das forças produtivas imediatamente predecessor ao da “quarta revolução industrial” e a atual conjuntura econômica e política. Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial passava por profundas transformações. A junção entre conhecimento científico e produção e os impactos da eletrônica e da tecnologia da informação deram início ao processo que ficaria conhecido como a “terceira revolução industrial”.

Apesar dos profundos impactos que essas transformações tiveram no “mundo do trabalho”, esse acentuado processo de transformações do modo de produção capitalista aconteceu paralelamente a uma nova forma de governança mundial construída ainda sob os efeitos e as consequências do fim da II Grande Guerra. Para a classe trabalhadora, o Estado de Bem-Estar Social ficou marcado pela garantia de direitos trabalhistas fundamentais, tais como a redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho e melhores salários, além do fortalecimento dos sistemas de proteção e previdência social. Os filhos da classe trabalhadora – pelo menos em boa parte da Europa – passaram a frequentar boas escolas, foram atendidos por bons hospitais e passaram a ter oportunidades de ascensão social que seriam impensáveis até então.

Isso tudo ocorreu em um ambiente democrático e foi resultado do acúmulo de décadas de lutas sociais, assim como também foi influenciado por circunstâncias muito específicas: o crescimento inerente à reconstrução do pós-guerra, as já retratadas mudanças tecnológicas, o ambiente da Guerra Fria e o efeito de contenção que a URSS representava para os ímpetus mais exploratórios do capital internacional. Durante a “terceira revolução industrial”, as mudanças tecnológicas vieram acompanhadas de redução da jornada de trabalho – o que permitiu que muitos postos de trabalho fossem preservados – e uma outra grande parte dos postos de trabalho que seriam perdidos por conta das inovações tecnológicas fossem incorporados por outros setores econômicos.

No entanto, o atual momento da econômica mundial, dominada pelo sistema financeiro, ao contrário da etapa anterior, não se caracteriza, como vimos, pela expansão de direitos sociais e trabalhistas – como, por exemplo, a redução da jornada – mas pela regressão geral desses direitos e da democracia, além da desregulamentação da economia,

a implementação de permanentes ajustes fiscais e a consequente diminuição dos gastos sociais, destinando à iniciativa privada serviços públicos essenciais. Um processo cada vez mais agressivo de captura corporativa dos Estados Nacionais e dos Organismos Internacionais pelo capital internacional – entre seus interesses de acumulação e a democracia, o capital não vacila em apoiar regimes e líderes autoritários e até mesmo profascistas. O que irá exigir uma atuação do movimento sindical que deverá ir além da pauta corporativa e incorporar também um novo desenho da governança mundial, com a valorização dos espaços multilaterais e a implementação de políticas públicas que visem a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Estudos da OIT também apontam que, com a possível automação das ocupações, 47% do total de empregos nos Estados Unidos e 35% na Alemanha, França e Inglaterra encontram-se sob “alto risco”. Países e povos produtores de tecnologia estarão em um patamar superior para enfrentar os desafios presentes e futuros, planejando os seus passos com independência e agregando muito mais valor ao seu Produto Interno Bruto (PIB). São países que nas últimas décadas se especializaram em tarefas altamente qualificadas, com investimentos em pesquisas em ciência e tecnologia, finanças e serviços pós-venda, enquanto os países periféricos ficaram com os postos de trabalho de baixa remuneração – cerca de 70% mais baixos - vagas que ainda não podem ser automatizadas e de pouca qualificação. Em outras palavras: os lucros têm se concentrado principalmente nos donos das inovações, fazendo com que as recentes mudanças tecnológicas levem a uma maior desigualdade.

A variável que se coloca é o Estado. Em países em que este atua de forma mais efetiva - ainda que longe de justa -, como na Alemanha, mesmo tendo maior crescimento de robôs em relação aos Estados Unidos, registra perda menor de empregos no setor industrial. Esta é apenas uma demonstração, entre tantas, do espaço existente para virarmos o jogo a nosso favor. Devemos lutar para que todos esses avanços tecnológicos sejam colocados a serviço de toda a humanidade e não apenas para minorias como as dos 1% mais ricos.

É óbvio que defender os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores não significa estarmos desatentos às mudanças que as inovações tecnológicas têm imposto - e vão impor cada vez mais - nas distintas etapas da produção e de serviços. No que diz respeito à estrutura sindical, sabemos que categorias e ramos serão cada vez mais complexos e abrangentes, o que vai requerer formas de organização adequadas.

Como afirma a OIT, as decisões que tomamos hoje podem assentar as bases para o aumento dos postos de trabalho, para o combate à desigualdade. Escolhas que podem ajudar a definir a forma de utilização das novas tecnologias para a superação do atraso e a criação dos 40 milhões de postos de trabalho anuais que necessitamos. Assim como, para garantir qualidade de vida aos milhões de homens e mulheres que precisam e precisarão recorrer a cada ano à Seguridade Social, numa população mundial, acima de 65 anos, que aumenta 8% anualmente. Sabemos que as agendas de austeridade trazem a imposição de idades cada vez maiores e aposentadorias e pensões cada vez mais baixas.

Perspectivas e desafios do Movimento Sindical Internacional

Os ataques ao movimento sindical são globais e semelhantes na forma e no conteúdo. O capital exige, cada vez mais, o uso do autoritarismo, do encarceramento em massa, e da violência pura e simples para conter os conflitos decorrentes da extrema desigualdade. Estas agressões nos estimulam a buscar campanhas que procurem colocar em ação todo o movimento sindical internacional, tais como as lutas pelo trabalho decente, em defesa da liberdade sindical e do direito à negociação coletiva, por mais empregos, ampliação de direitos dos trabalhadores, combate a todas as formas de discriminação, distribuição de renda, erradicação da pobreza, a taxação do capital financeiro, melhoria da educação, saúde e de todos os demais serviços públicos.

Essas são questões-chaves no enfrentamento da crise atual. Também são extremamente importantes o desenvolvimento sustentável em seus quatro pilares: econômico, social, ambiental e político, além da liberdade e autonomia sindical, a consolidação da democracia, a defesa da autodeterminação dos povos e a luta pela paz.

A exploração do capital além das especificidades geracionais, de gênero e de raça perpassa toda a classe trabalhadora. O que dizer quando direitos humanos como saúde e segurança no trabalho, férias, licença-maternidade e representação sindical são negados em nome de uma suposta “modernização”, que só exacerba a concentração de renda? O que dizer quando o desespero leva 45 mil trabalhadores a colocarem fim às suas vidas todos os anos por estarem desempregados, conforme estudo da Universidade de Zurique? Quando um em cada cinco suicídios, ou seja 20% do total, é resultado direto da demissão? Quando a desregulamentação transformou o mundo do trabalho numa verdadeira arena de gladiadores, para que sobreviva apenas o mais forte – aquele que teve mais benefícios e oportunidades – para servir ao capital?

Em 2015, aproximadamente 40% da força de trabalho juvenil no mundo estava desempregada ou vivia na pobreza – apesar de ter um “emprego” – sendo que cerca de 30% dos jovens dos países mais pobres não tinham qualquer formação educacional, contra 2% nos países com recursos médios. Precisamos, portanto, superar a forma conservadora e burocrática de fazer sindicalismo que não atrai a juventude para os sindicatos. Se as pautas, a cultura, o “seu jeito de ser” e o debate sobre todas as injustiças que os impedem de ter uma vida plenamente emancipada não estiverem presentes no cotidiano das organizações sindicais, os jovens não vão considerar os sindicatos como espaços de efetiva atuação política.

O capital é tão perverso que incorpora, aceitando pacificamente, o repugnante racismo que ainda perdura no mercado de trabalho e nas demais relações sociais – um sistema econômico em que a cor da pele determina um brutal rebaixamento salarial e das condições de vida.

O combate à desigualdade de gênero é um dos desafios mais urgentes do movimento sindical. As mulheres têm menor probabilidade do que os homens de encontrar emprego e esses empregos são cada vez mais precários. Em 2017 a taxa de participação na força de

trabalho global para as mulheres é de (49%), quase 27 pontos percentuais menor do que a taxa para os homens (76%). Globalmente, a taxa de desemprego para as mulheres em 2017 é de 6,2%, contra 5,5% para os homens. Entre as mulheres empregadas em todo o mundo, quase 15% são trabalhadoras familiares não remuneradas, é apenas 5% entre homens.

Atualmente, as mulheres ganham 77% do salário que os homens recebem para executar o mesmo tipo de função – nesse ritmo, a paridade salarial entre mulheres e homens vai levar mais de 70 anos para ser alcançada. Segundo a OIT, para reverter esse quadro é preciso tomar medidas, como: “promover a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor; abordar as causas profundas da segregação ocupacional e setorial; reconhecer, reduzir e redistribuir as tarefas de cuidado não remuneradas e transformar as instituições para prevenir e eliminar a discriminação, a violência e o assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho”. É uma tarefa fundamental e inadiável do movimento sindical internacional – além de denunciar e combater o quadro descrito acima – promover a paridade em todos os seus espaços de decisão, não apenas como uma questão de números e porcentuais, mas como uma questão política estratégica de empoderamento das mulheres trabalhadoras. Sem a presença paritária das mulheres nos sindicatos, nossas entidades não serão plenamente democráticas e capacitadas para enfrentar os desafios impostos pelo atual estágio da acumulação capitalista.

Defender as conquistas da classe trabalhadora, ameaçadas pela ofensiva conservadora, articulada com a defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional progressista às contradições e crises do sistema econômico capitalista, serão as principais tarefas do sindicalismo nos próximos anos – tarefas essas que exigem que as entidades sindicais internacionais se consolidem cada vez mais como sindicatos globais.

O capital está cada vez mais globalizado, o que exige que o movimento sindical também globalize as suas lutas. Os Acordos Macro Globais (AMG) devem ser eficientes, baseados nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em direitos como os de organização sindical e negociação coletiva, além de terem efeitos vinculantes. Nessa nova realidade, o movimento sindical precisa se colocar um enorme e tremendo desafio no sentido de avançar na construção de redes sindicais para reforçar o enfrentamento às multinacionais e também no âmbito das cadeias globais e garantirmos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores por meio de campanhas globais por ramo de atividades. Enfrentar de maneira eficiente os efeitos da “quarta revolução industrial” irá requerer adaptar o movimento sindical aos desafios impostos pelo modelo produtivo caracterizado pelas cadeias produtivas globais – não podemos continuar fazendo sindicalismo como se ainda vivêssemos nos tempos do “fordismo”. Nosso desafio será, portanto, o de realizar ações de abrangência que atinjam o conjunto das cadeias globais e, para isso, precisamos fundir sindicatos, reduzir a fragmentação do movimento sindical e aumentar a representação, a fim de ampliar a nossa capacidade de intervenção e força política.

Devemos trabalhar para que, quando uma luta estiver acontecendo em um determinado país, também possa estar ocorrendo em outros países. Devemos, portanto, apostar tanto em acordos globais por empresa e ramos como naqueles que sirvam para todas as categorias – acordos para toda a classe.

Diante desse cenário, precisaremos de uma verdadeira revolução nas nossas entidades, reforçando a organização e os interesses coletivos, investindo no aprofundamento da relação com as nossas bases, com maior investimento na formação política, sindical e ideológica, a fim de que todos e todas tenham a real dimensão do que está em jogo. O que os nossos sindicatos estão fazendo para envolver trabalhadores que desenvolvem suas atividades a partir das suas próprias casas? O que os sindicatos podem fazer para incorporar em suas fileiras trabalhadores de um mercado de trabalho cada vez mais fragmentado, precário e com alta rotatividade? Como incorporar os trabalhadores migrantes e também aqueles que não tem contrato formal de trabalho? Qual será o “Futuro do Trabalho”? Qual será o perfil da classe trabalhadora?

O movimento sindical, por mais forte e organizado que seja, não será capaz de enfrentar sozinho o poder do capital nacional e internacional – o que nos coloca a tarefa de reforçar nossas alianças com os movimentos sociais. Trata-se da construção de frentes amplas nacionais e internacionais entre o movimento sindical e os movimentos sociais e populares. Apenas amplos e massivos protestos dos movimentos sociais e sindicais de todo o mundo podem impedir que o desprezo pela democracia aliado a uma repressão cada vez mais autoritária e violenta se transformem em um novo *modus operandi* das elites e do capital internacional.

Em oposição ao doutrinário, sempre estreito e limitante, sublinhamos o quão é necessário contribuir para que o trabalhador conheça em profundidade o que está se passando, como funcionam as empresas e os governos, para que melhor possa defender os seus interesses e o de sua classe. Porque se é verdade que existem sindicatos frágeis e inoperantes, não será com o desaparecimento dessas entidades que garantiremos os nossos direitos e melhores dias, mas sim com o fortalecimento da participação e da democracia. Para a virada, a comunicação é um ponto chave. Afinal, estamos diante de um processo de atomização da presença física, o que vai requerer uma comunicação cada vez mais eficaz, sempre renovada, atualizada e dinâmica.

Ao mesmo tempo em que nossas entidades devem se desdobrar para estar à altura desta nova realidade, estrategicamente é fundamental a mobilização em defesa do papel do Estado – em um cenário que o capital busca capturar as democracias e esfacelar os Estados nacionais. No mundo sindical, essa captura das democracias pelo capital tem representado o enfraquecimento do chamado tripartismo (diálogo entre governo, trabalhadores e empresários) – e um Estado cada vez menos permeável ao diálogo e às demandas da classe trabalhadora. Atualmente, fala-se muito no estabelecimento de uma renda mínima universal. No entanto, essa medida apenas será efetiva se for capaz de garantir a sobrevivência dos trabalhadores excluídos, ao mesmo tempo em que seja

financiada através dos impostos pagos pelos setores mais ricos e for combinada com medidas de proteção ao emprego, do salário e também com a redução da jornada de trabalho. Nesses termos irá, portanto, representar um passo significativo, pois se trata da afirmação de uma política pública compensatória fundamental para a redução da extrema pobreza durante o período em que estivermos recuperando o Estado da devastação deixada pelos neoliberais.

Da mesma forma, é preciso dar um salto de qualidade na nossa identidade cultural enquanto classe. Atomizados pelo sistema capitalista, que vende como “normal” a privação do conjunto dos meios de produção, os trabalhadores precisam recuperar a sua capacidade de iniciativa. O movimento sindical não pode ser mero espectador das disputas políticas pelo poder, devendo assumir um papel protagonista na defesa dos interesses da classe trabalhadora, sem, contudo, não se transformar em um partido político. Em muitos países, a classe trabalhadora vota em projetos que, com o passar do tempo, fica patente que representam interesses antagônicos aos da classe e que interessam apenas ao capital. Precisamos disputar a consciência política da classe que representamos – que está permanentemente submetida a uma doutrinação dos setores mais ricos da sociedade por meio dos seus representantes na imprensa, nos parlamentos e executivos locais.

Uma vez que a luta de classes é permanente, com um crescente e brutal antagonismo entre capital e trabalho, qual o nosso papel como dirigentes sindicais se não buscar a vitória? Um novo sindicalismo que saiba se reinventar sem perder o seu sentido de classe e que compreenda que o atual estágio da luta de classes deve combinar as lutas por distribuição econômica com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional, orientação sexual e identidade de gênero – entendendo, dessa forma, que a construção de uma sociedade emancipada depende do combate às injustiças em suas múltiplas dimensões.

Algumas medidas imediatas

A Confederação Sindical Internacional (CSI) deve cumprir o papel de grande articuladora das lutas e campanhas internacionais contra o neoliberalismo, por um novo modelo de sociedade. Para ser ainda mais forte, a CSI precisa sempre levar em consideração que é uma entidade de caráter mundial, em que as diversas culturas e práticas sindicais sejam incorporadas no seu cotidiano. Precisa ser muito mais do que um instrumento de lobbies ou pressões pontuais sobre os organismos internacionais. Por mais importantes que sejam, essas ações são insuficientes para alterar um quadro, como vimos nesse documento, momentaneamente desfavorável. É necessário exercer um protagonismo militante. E, para isso, é preciso uma profunda inserção no movimento real, com iniciativas que envolvam e empolguem a base do movimento sindical em todos os países. É preciso criar

na CSI uma política de mão dupla: a CSI sendo mais sensível a demanda de cada país e as centrais sindicais encaminharem efetivamente as decisões tomadas pela confederação.

Por ser uma organização profundamente centralizada, nos dá a sensação que na CSI é proibido divergir. Toda a divergência é transformada em uma batalha épica. Não podemos ter medo de debater mudanças na cultura de gestão da CSI, assim como de promover mudanças política/estatutárias para torná-la mais participativa e democrática e, dessa forma, espelhando o conjunto das centrais sindicais filiadas de todos os continentes, do Norte e do Sul – todos devem se sentir participantes do processo de construção interna das políticas e das ações. Reconhecendo os avanços conquistados ao longo dos últimos anos por meio da ampliação da representatividade da CSI, mas também dialogando com nossas últimas decisões congressuais e com a própria declaração de princípios do estatuto da Confederação, as propostas de alterações estatutárias elaboradas por algumas centrais sindicais, incluindo a CUT, tiveram como princípios norteadores o fortalecimento da democracia, a transparência, a participação e a legitimidade da CSI.

Consideramos que existe uma maior necessidade da presença de todos os membros do grupo de eleitos nos processos de formulação e representação política. Por ser uma entidade global, é necessário que as decisões sejam tomadas da maneira mais coletiva possível, assegurando, dessa forma, uma maior pluralidade e representatividade das políticas da CSI. Nos eventos de planejamento das ações anuais da central é preciso buscar uma interação maior entre todos os membros do grupo de eleitos – que atualmente é composto por seis dirigentes – e os membros do Conselho Geral da entidade, bem como com as organizações regionais contribuindo, dessa forma, para a construção de uma CSI global e presente em todos os continentes.

Há anos que temos apontado a necessidade de mudanças na nossa organização – o que se intensificou com a candidatura da CUT à presidência da CSI. O mundo tal como conhecíamos está desmoronando sobre as nossas cabeças e continuamos funcionando da mesma maneira. É preciso que a CSI seja mais sensível às transformações cada vez mais rápidas pelas quais passa o “mundo do trabalho”. Se essas mudanças são tão rápidas e profundas é preciso termos uma organização sindical mundial que também decida de maneira mais rápida e representativa.

JOÃO ANTÔNIO FELÍCIO

Agosto de 2017.